

Bruxelas, 10 de fevereiro de 2016
(OR. en)

5901/16

COPEN 35
EUROJUST 11
EJN 7

NOTA

de:	Ivo Thiemrodt, Representação Permanente da República Federal da Alemanha junto da União Europeia
data:	3 de fevereiro de 2016
para:	Christine Roger, Diretora-Geral, Conselho da União Europeia
Assunto:	Decisão-Quadro 2008/947/JAI do Conselho, de 27 de novembro de 2008, respeitante à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças e decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas - Notificação e implementação pela Alemanha

Senhora Diretora-Geral,

Tenho a honra de enviar a V. Ex.^a o texto das disposições¹ que transpõem para a legislação nacional as obrigações que decorrem da Decisão-Quadro 2008/947/JAI do Conselho, de 27 de novembro de 2008, respeitante à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças e decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas. A lei de transposição veio alterar disposições da Lei relativa ao Auxílio Judiciário Internacional em Matéria Penal (*Gesetz über die internationale Rechtshilfe in Strafsachen*). Estas alterações entraram em vigor a 25 de julho de 2015.

Junto se envia o texto das declarações da República Federal da Alemanha sobre a referida decisão-quadro:

¹ Nota do Secretariado: este texto não vem anexado ao presente documento.

No que respeita ao artigo 3.º, n.º 1:

As autoridades competentes são as delegações do Ministério Público nos tribunais regionais, tanto para a autorização da fiscalização das medidas de vigilância ou sanções alternativas estrangeiras pela República Federal da Alemanha como para a fiscalização das medidas de vigilância alemãs por outros Estados-Membros. Os tribunais municipais são competentes para a fiscalização das medidas de vigilância alemãs por outros Estados-Membros, se o juiz do tribunal de menores for o responsável pela aplicação da lei em conformidade com os artigos 82.º e 110.º da Lei relativa aos Tribunais de Menores (*Jugendgerichtsgesetz, JGG*).

Os tribunais regionais são competentes para a fiscalização das medidas de vigilância ou sanções alternativas estrangeiras na República Federal da Alemanha e para as medidas subsequentes a tomar nos termos do artigo 14.º, n.º 1, da decisão-quadro.

No que respeita ao artigo 4.º, n.º 2:

Além das medidas de vigilância e das sanções alternativas referidas no artigo 4.º, n.º 1, da decisão-quadro, a República Federal da Alemanha pretende fiscalizar outras restrições que assegurem satisfatoriamente a reparação dos atos ilícitos cometidos. O mesmo se aplica às regras de conduta das pessoas condenadas.

No que respeita ao artigo 5.º, n.º 4:

O artigo 5.º, n.º 3, da decisão-quadro prevê a possibilidade de a autoridade competente da República Federal da Alemanha consentir na transmissão de uma sentença nos termos do artigo 5.º, n.º 2, da decisão-quadro, se a pessoa condenada for nacional da República Federal da Alemanha.

No que respeita ao artigo 10.º, n.º 4:

O artigo 10.º, n.º 1, da decisão-quadro não se aplica à fiscalização das medidas de vigilância ou sanções alternativas estrangeiras pela República Federal da Alemanha.

No que respeita ao artigo 14.º, n.º 3:

A República Federal da Alemanha recusa-se a assumir a responsabilidade por decisões subsequentes previstas no artigo 14.º, n.º 1, alíneas b) e c), da decisão-quadro nos casos referidos no seu artigo 14.º, n.º 3, alíneas a), b) e c). O mesmo se aplica aos casos em que uma pena de prisão aplicada à pessoa condenada, cuja execução ou prossecução da execução tenha sido suspensa ou determinada antecipadamente para o caso de haver incumprimento de sanções alternativas, não pode ser transformada na sanção que melhor lhe corresponde ao abrigo do direito alemão, e aos casos em que uma sentença estrangeira seja executória apenas em parte, nomeadamente pelo facto de só algumas das infrações que resultaram na sentença serem puníveis na República Federal da Alemanha, e não possa ser alcançado acordo sobre uma execução parcial com o outro Estado-Membro.

A notificação eletrónica dos atos de execução já foi efetuada na base de dados das medidas nacionais de execução.

(Fórmula de cortesia)

(a.) Ivo Thiemrodt
